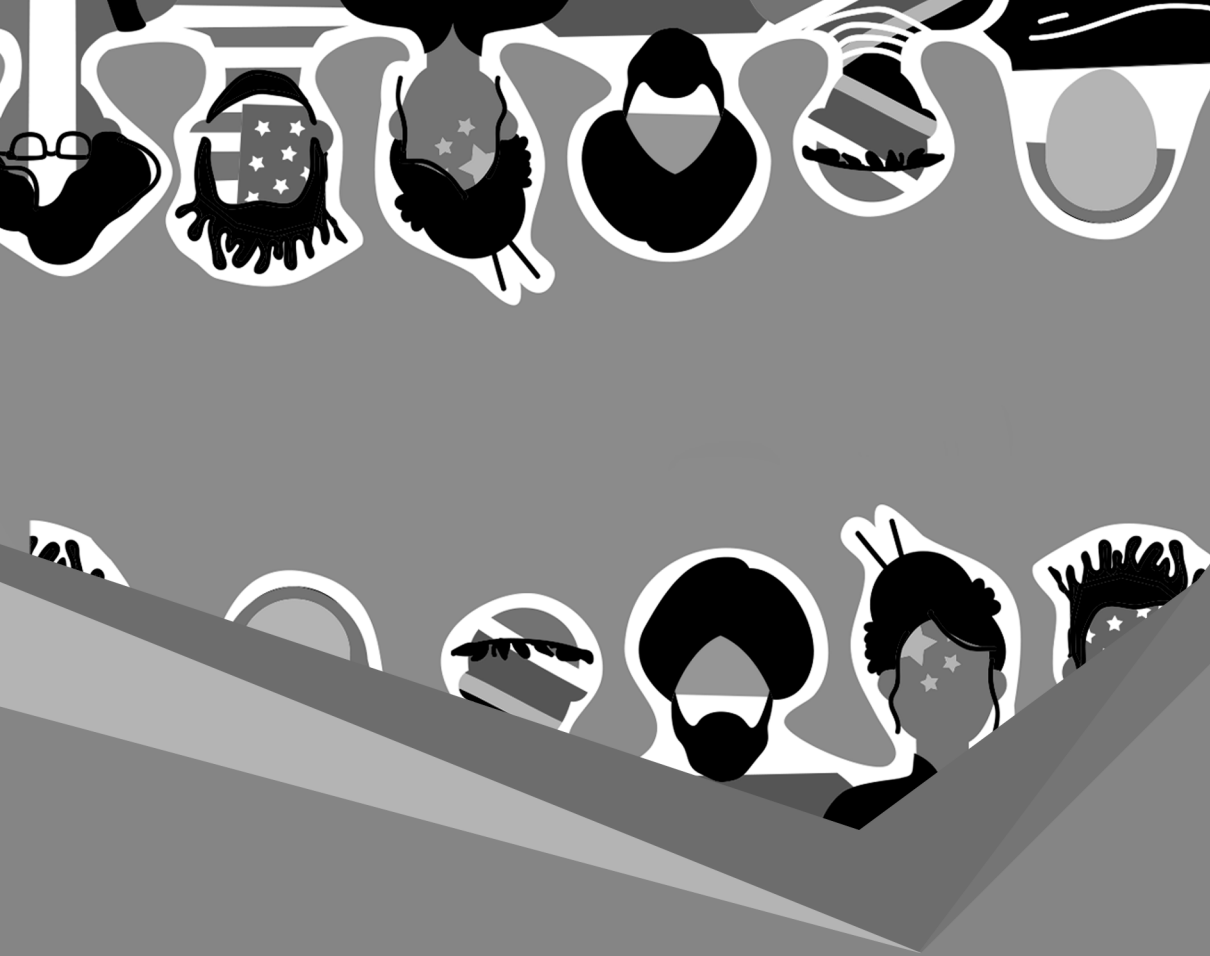




FATIMA SABRINA DA ROSA
(ORGANIZADORA)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 2

 **Atena**
Editora
Ano 2020



FATIMA SABRINA DA ROSA
(ORGANIZADORA)

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 2

 **Atena**
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Fatima Sabrina da Rosa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

F339 Fenomenologia e cultura: identidades e representações sociais 2 / Organizadora Fatima Sabrina da Rosa. - Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-487-0

DOI 10.22533/at.ed.870202610

1. Fenomenologia. 2. Cultura. I. Rosa, Fatima Sabrina da (Organizadora). II. Título.

CDD 142.7

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A presente obra apresenta uma coleção de nove textos de diferentes pesquisadores e instituições do país preocupados com questões relativas à cultura e à produção de identidades. Apresenta uma abordagem transdisciplinar e tem por objetivo a divulgação de investigações científicas com vistas à popularização da produção acadêmica e sua maior inserção social, de modo que o formato e-book favorece essa intenção por oferecer amplo acesso.

A riqueza desta coletânea reside no fato de que, tendo como ponto focal a cultura e a produção de identidades, o conjunto dos textos traz diferentes metodologias e técnicas de pesquisa entre elas a História Oral e a Arqueologia Etnográfica, bem como Análise de Discurso. Além disso, os textos aqui apresentados trazem cenários empíricos muito distintos, que atravessam o Brasil de Sul a Norte, tratando de mapear diferentes formas de vida e organização cultural, para os quais, em conformidade com a ponto de vista da fenomenologia, os autores elegeram os métodos mais adequados de investigação de acordo com o fenômeno que buscavam captar e descrever. De modo que o conjunto dos textos demonstra a amplitude do campo de investigação que abarca os estudos sobre cultura, representações sociais, identidades e seus desdobramentos. De modo que se faz necessário destacar alguns pontos importantes em cada contribuição trazida nesta coletânea.

O primeiro texto, **Representação social do manguezal durante ritual de cura/pajelança num terreiro de Tambor de Mina em São Luís, Maranhão**, traz uma importante reflexão acerca da profunda relação entre o ecossistema manguezal e as práticas religiosas da comunidade que o territorializa, bem como reflete sobre a forma como elementos fundamentais deste ecossistema se fazem representados nos rituais por eles efetuados, incidindo, por consequência, na identidade coletiva desta comunidade.

A comunicação de número dois, **Cultura e Conflito: Intersecções entre o popular e os processos de hibridização no cenário dos Bondes de Porto Alegre**, realiza uma breve apreciação teórica sobre os conceitos de cultura de forma geral, cultura popular e cultura maciça, bem como apresenta o cenário social dos Bondes de Porto Alegre (sociabilidade juvenis), os quais utilizam do conflito como forma de lograr espaços de projeção para suas identidades culturais utilizando-se de um manejo dos formatos popular e maciço em processos de hibridação.

Já o texto **Uma Proposta Contra Hegemônica: O Etnodesenvolvimento como instrumento de valorização cultural**, realiza uma importante crítica sobre a noção de Desenvolvimento Sustentável atentando para as nuances etnocêntricas e capturadas pelo discurso capitalista que o termo engendra. Em substituição, os

autores propõem o paradigma do etnodesenvolvimento, segundo o qual seguiriam preservadas as práticas e crenças das comunidades tradicionais, possibilitando o desenvolvimento associado à autonomia cultural.

Do mesmo modo, a relação entre cultura e desenvolvimento aparece na investigação **Feiras Agroecológicas: que relações se desenvolvem nesses espaços?** na qual os autores apresentam as estruturas relacionais que se organizam a partir de formas de produção, comércio e consumo não-convencionais. O Estudo de Caso, levado a cabo com famílias de uma associação de produtores agrícolas e seus respectivos clientes, ressaltou as relações sociais intrínsecas em que vínculos são construídos e reforçados na interação promovida pelas feiras.

O texto **A Complexidade dos Direitos Humanos em educação no processo migratório da América Latina** realiza um debate acerca do tema do multiculturalismo na América Latina, associado com o tema da educação em Direitos Humanos e da teoria da complexidade. Para tanto realiza uma breve pesquisa bibliográfica que abarca questões ligadas a globalização como as migrações recentes e a urgência de pensar a educação levando em consideração esses novos contextos multiculturais.

A semelhança do que acontece com o primeiro texto da coletânea, a investigação etnográfica **Os Ribeirinhos do Rio Mapuá, Arquipélago de Marajó: modos de vida, cosmologia, práticas materiais e simbólicas** resalta a relação entre os elementos do território habitado e as práticas materiais e simbólicas perpetradas pela comunidade. Além disso, a relação passado/presente e a noção de memória é destacada pela autora para descrever a forma como as comunidades tradicionais do Mapuá significam suas práticas e configuram sua identidade cultural.

De modo semelhante, a noção de memória aparece destacada no texto **Manuel Bandeira e os prenúncios da morte**. Nesta análise, a noção de memória é trazida para explicitar a forma como a identidade de Bandeira se constitui numa relação tensa entre passado e presente, bem como na ausência de futuro. Desse modo, o texto convida o leitor a observar trechos da obra de Bandeira em que as representações sociais sobre a morte e a memória de episódios ligados a perdas afetivas constituem um processo de formação da identidade do autor.

Ainda refletindo sobre a memória na formação das identidades, a comunicação **Mídia, narrativas e memória transfronteiriça na vivência pessoal**, trata de explicitar a forma como as memórias individuais se entrelaçam com experiências coletivas na formação de identidades e representações de pessoas que vivenciaram o contexto de fronteira no estado do Rio Grande do Sul. Essa narrativa é construída a partir da descrição do processo de construção de um documentário realizado com os entrevistados em questão.

Também ambientada em um contexto fronteiriço, a comunicação **Preâmbulo**

da queda do presidente do Paraguai na TV brasileira e no imaginário da fronteira Paraguai-Brasil é didática na forma como apresenta a interferência das representações midiáticas no modo como as identidades nacionais são concebidas. A análise traz trechos de discursos da mídia e de entrevistas realizadas pela autora, em ambos lados da fronteira, nos quais se destacam as interferências promovidas pelas informações veiculadas na maneira como a população paraguaia e brasileira passa a ver a situação política no país vizinho, a qual se relaciona com a forma como configuram sua identidade cultural.

Embora tratem de contextos e métodos muito diferentes, cabe destacar que as investigações aqui apresentadas convergem no sentido de apresentar a noção de representações sociais como fundamental para a configuração das identidades e da forma como indivíduos se veem e se inserem no mundo de forma individual ou coletiva.

A pesquisa e a escrita que envolve o tema da cultura e das representações exige, acima de tudo, um olhar sensível e atento às especificidades das coletividades observadas. Ainda que utilizando diferentes abordagens, o somatório dos trabalhos ressalta a importância das formas de organização coletiva, das relações, representações sociais e da memória na produção e manutenção das identidades culturais. Nesse sentido, acredita-se que a coletânea oferece a possibilidade de perceber a amplitude do campo de investigação da cultura e compreender a riqueza do trabalho elaborado a partir da inserção atenta e comprometida com contexto de estudo e os sujeitos envolvidos.

Fatima Sabrina da Rosa

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO MANGUEZAL DURANTE RITUAL DE CURA/ PAJELANÇA NUM TERREIRO DE TAMBOR DE MINA EM SÃO LUÍS, MARANHÃO	
Flávia Rebelo Mochel	
Edson Vicente da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8702026101	
CAPÍTULO 2	16
CULTURA POPULAR E OS BONDES: INTERSECÇÕES ENTRE O POPULAR E OS PROCESSOS DE HIBRIDIZAÇÃO	
Fatima Sabrina da Rosa	
DOI 10.22533/at.ed.8702026102	
CAPÍTULO 3	28
UMA PROPOSTA CONTRA HEGEMÔNICA: O ETNODESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO CULTURAL	
Leonardo Augusto Couto Finelli	
Rânely Nayara Pereira Cruz	
DOI 10.22533/at.ed.8702026103	
CAPÍTULO 4	36
FEIRAS AGROECOLÓGICAS: QUE RELAÇÕES SE DESENVOLVEM NESSES ESPAÇOS?	
Adilson Tadeu Basquerote	
Eduardo Pimentel Menezes	
DOI 10.22533/at.ed.8702026104	
CAPÍTULO 5	45
A COMPLEXIDADE DOS DIREITOS HUMANOS EM EDUCAÇÃO NO PROCESSO MIGRATÓRIO DA AMÉRICA LATINA	
Rosa Elena Bueno	
Araci Asinelli-Luz	
Adão Aparecido Xavier	
Jenifer Cristina Bueno	
Alessandra de Paula Pereira	
Tatiane Delurdes de Lima-Berton	
DOI 10.22533/at.ed.8702026105	
CAPÍTULO 6	55
OS RIBEIRINHOS DO RIO MAPUÁ, ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ: MODOS DE VIDA, COSMOLOGIA, PRÁTICAS MATERIAIS E SIMBÓLICAS	
Eliane Miranda Costa	
DOI 10.22533/at.ed.8702026106	

CAPÍTULO 7	68
MANUEL BANDEIRA E OS PRENÚNCIOS DA MORTE Vitor Hugo da Silva DOI 10.22533/at.ed.8702026107	
CAPÍTULO 8	79
MÍDIA, NARRATIVAS E MEMÓRIA TRANSFRONTEIRIÇA NA VIVÊNCIA PESSOAL Ada Cristina Machado Silveira Bernardo Abbad da Rocha Suélen de Lima Lavarda DOI 10.22533/at.ed.8702026108	
CAPÍTULO 9	89
PREÂMBULO DA QUEDA DO PRESIDENTE DO PARAGUAI NA TV BRASILEIRA E NO IMAGINÁRIO DA FRONTEIRA PARAGUAI-BRASIL Roberta Brandalise DOI 10.22533/at.ed.8702026109	
SOBRE A ORGANIZADORA	105
ÍNDICE REMISSIVO	106

CAPÍTULO 3

UMA PROPOSTA CONTRA HEGEMÔNICA: O ETNODESENVOLVIMENTO COMO INSTRUMENTO DE VALORIZAÇÃO CULTURAL

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 10/09/2020

Leonardo Augusto Couto Finelli

Universidade Estadual de Montes Claros –
Unimontes
Montes Claros, MG
<http://lattes.cnpq.br/6799586549817808>

Rânelly Nayara Pereira Cruz

Martins e Cruz Advocacia
Montes Claros, MG
<http://lattes.cnpq.br/2202904829123615>

Pesquisa inicialmente apresentada e publicada no formato de resumo nos Anais IV Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais. Montes Claros: UNIMONTES, 2016. v. 4. p. 1-4. Os dados foram complementados e atualizados de modo a compor o presente texto.

RESUMO: O presente trabalho apresenta como questão problema a utilização da ideologia do desenvolvimento sustentável como forma de minimizar as possibilidades de emancipação e empoderamento dos povos e comunidades tradicionais. Tal paradigma propõe a ideia de desenvolvimento que se limita aos interesses do capital. Desse modo, a cultura e organização (social, política, econômica, e/ou, cultural) dos povos e comunidades tradicionais são tidos como impedimento da modernidade. O objetivo da pesquisa foi contrapor o etnocentrismo como proposta hegemônica ao modelo de

desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, apresenta-se o etnodesenvolvimento, como alternativa contra hegemônica, para organizar o desenvolvimento da autonomia a partir das experiências históricas e saberes tradicionais de um grupo étnico culturalmente diferenciado. Tal proposta promove a autodeterminação que permite que os povos e comunidades tradicionais reafirmem sua cultura, tradições, território, e, modos de viver de modo que não sejam alcançados pela homogeneização da ideologia do desenvolvimento sustentável.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável; Diversidade Cultural; Etnodesenvolvimento; Povos e Comunidades Tradicionais.

A COUNTER HEGEMONIC PROPOSAL: ETHNODESVELOPMENT AS AN INSTRUMENT OF CULTURAL VALUATION

ABSTRACT: The present work presents as problem issue the use of the ideology of sustainable development as way to minimize the possibilities of emancipation and empowerment of traditional peoples and communities. This paradigm proposes the idea of development that is restricted to the interests of capital. In this way, the culture and organization (social, political, economic, and/or cultural) of traditional peoples and communities are seen as an impediment to modernity. The objective of the research was to oppose ethnocentrism as the hegemonic proposal for the sustainable development model. In this sense, ethnodevelopment is presented, as an alternative counter hegemonic, to work out the

development of autonomy from the historical experiences and traditional knowledge of the culturally differentiated ethnic groups. Such proposal promotes self-determination that allows traditional peoples and communities to reaffirm their culture, traditions, territory, ways of living so that they are not get caught by homogenizing of the ideology of sustainable development.

KEYWORDS: Sustainable Development; Cultural Diversity; Ethnodevelopment; Traditional Peoples and Communities.

1 | INTRODUÇÃO

A colonização latino-americana resultou do processo de expansão marítima da Europa. Dentre as estratégias utilizadas na colonização estavam a exploração do território, mão-de-obra escrava (tanto indígena, quanto africana) e apropriação do território das comunidades tradicionais indígenas. Tais estratégias constituíram um padrão de poder que perdura até os dias atuais, dando origem a desigualdades e identidades estigmatizadas e subalternizadas. Tal permitiu a naturalização, assim como o aprisionamento do corpo, e, da imagem dos povos e comunidades tradicionais, a uma determinada posição no sistema de estratificação social. Essa herança histórica não representa apenas passado colonial, e, ainda reproduz as práticas cotidianas atuais (AMORIM, 2020).

Nesse sentido, a dominação sócio espacial é elemento constitutivo do sistema colonial. O espaço da América Latina, sob a lógica jurídica europeia, estava dividido entre Portugal e Espanha no período da expansão ultramarina. Essa divisão desconsiderava, por completo, a presença dos povos e comunidades tradicionais no Tratado de Tordesilhas (OLIVEIRA, 2014), visto que tais sequer eram tomados como seres humanos em função da discussão de se teriam ou não alma (BRAGATO, 2016). Desse modo, desde a colonização das terras latino-americanas, a cultura dos povos e comunidades tradicionais tem sido marginalizada pelos atores do desenvolvimento econômico.

Nessa perspectiva de dominação, entende-se o porquê de, somente a partir da década de 1980, iniciarem-se discussões acerca de Estados Multiculturais nessa região sócio geográfica (LITTLE, 2002). O direito à diferença cultural passou a ser estabelecido, de modo formal, apenas nas novas Constituições promulgadas em diversos países do continente americano, com destaque nas Constituições do Brasil (1988), Colômbia (1991), Equador (1998), e, Venezuela (1999).

Por tais razões, reconhece-se que um dos maiores desafios dos estados latino-americanos é a construção de uma democracia plural e igualitária que respeite as singularidades e as diferenças culturais. Tal desafio intensifica-se, ainda mais, no plano econômico, devido às pretensões universalistas desenvolvidas pelas democracias liberais que não reconhecem diferenças frente às tarefas de

modernização burocrática e tecnológica; e, à ideologia neoliberal vigente, que limitam a diversidade cultural apenas ao campo de consumidores diferenciados (LITTLE, 2002).

A ideologia hegemônica propagada pelas democracias liberais sufoca culturalmente os países subjugados. Tal se aplica no Brasil, que reproduz o discurso hegemônico que desvaloriza e marginaliza internamente as culturas diferenciadas, a exemplo dos povos indígenas e quilombolas (BARRIOS; MENEZES, 2014).

Nesse sentido, o etnodesenvolvimento surge como uma proposta contra hegemônica que propõe ações positivas de desenvolvimento e de inclusão. O mesmo também busca o reconhecimento da diversidade cultural. Compreende ainda o respeito à autodeterminação e participação qualificada dos povos e comunidades tradicionais no que se refere à proteção de suas culturas, características, credos, e, terras. Tal ideia parece adequar-se as demandas de mudança do discurso hegemônico que tratam das culturas diferenciadas.

2 | A IDEOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diante da visível intensificação das desigualdades sociais e da devastação do meio ambiente o discurso universalista foi substituído pela ideologia do desenvolvimento sustentável.

Tal mudança iniciou-se a partir de 1983, quando foi aprovada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a criação da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, presidida por Gro Harlem Brundtland, primeira ministra da Noruega. Essa comissão publicou, em 1987, o resultado de suas observações com o título de “Nosso Futuro Comum: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento” também chamado Relatório de Brundtland (SILVA, 2013). Esse documento definiu desenvolvimento sustentável como sendo, “aquele que procura satisfazer as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades” (BRUNDTLAND, 1991, n.p).

Todavia o conceito supracitado é aberto e tem sido flexibilizado de acordo com os interesses do capital que apenas o utiliza para justificar a busca pelo desenvolvimento econômico. A ideia da sustentabilidade é utilizada para a preservação da ordem estabelecida, impedindo discordâncias frente o propósito de um “bem comum”, mas sempre dentro da perspectiva neoliberal.

O discurso do desenvolvimento sustentável pretende conciliar o capitalismo e sustentabilidade. Cria, dessa forma, a ideia da reparação da atual crise socioambiental, assim como de seu real sentido de reforço da lógica do capital (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012). Essa ambiguidade enfatiza o caráter

ideológico que o conceito apresenta.

Entende-se que frente ao poder da ideologia, entendido a partir de sua capacidade de criar sistemas culturais, políticos e imaginários, para o conceito de desenvolvimento sustentável, há a legitimação da exploração, assim como da alienação dos indivíduos quanto a sua relação com as formas de destruição do ambiente. Nessa perspectiva, desenvolve-se a ilusão de que o sistema de produção capitalista deixa de explorar e destruir os recursos naturais e/ou os indivíduos. Porém tal perspectiva, como ilusão, é falaciosa, já que não há centralidade das relações humanas no processo civilizatório. O que se tem é a perspectiva, capitalista, camuflada de desenvolvimento sustentável, com seu foco na exploração e ganho de capital. Tal condição, de acolhimento do desenvolvimento sustentável como uma ideologia camuflada, é uma marca da ideologia do capitalismo tardio que mantém o perfil de dominação de recursos e indivíduos (VIZEU; MENEGHETTI; SEIFERT, 2012).

Nesse modelo de desenvolvimento, há pouco lugar para reconhecer a identidade e autonomia das comunidades tradicionais, que são descartadas como emissários do passado e obstáculos à modernização (ARRUDA, 1999; RADOMSKY, 2011; STAVENHAGEN, 1985). Verifica-se, então, que a ideologia do desenvolvimento sustentável não estabelece limites para o crescimento econômico. Nota-se ainda que o modelo do desenvolvimento sustentável tanto não questiona a supremacia do mercado como orientador da atividade produtiva, como pouco discute até que ponto a lógica de produção para o mercado é coerente com o propósito de manutenção da vida no planeta e da valorização da diversidade cultural (MELO; BURCKHART, 2020).

3 I ETNODESENVOLVIMENTO E VALORIZAÇÃO CULTURAL

A ideologia do desenvolvimento sustentável, transfigurado como o temos hodiernamente, é representado por uma narrativa universalista. Essa, por sua vez, é submetida a críticas severas. Em sua configuração atual, a lógica do desenvolvimento sustentável institui um discurso hegemônico. Tal, desconsidera as múltiplas formas de viver, pensar, e, ocupar os territórios, dos povos e comunidades tradicionais, o que, por sua vez, reitera as manifestações do colonialismo ocidental. Nesse sentido, como proposta contra hegemônica a esse paradigma de desenvolvimento sustentável travestido da ideologia do capitalismo tardio resgata-se a teoria do etnodenvolvimento (SANTOS; SILVA; COELHO, 2019).

A teoria do etnodesenvolvimento foi desenvolvida a partir de três grandes eventos, a saber: 1º o Simpósio sobre “Fricção Interétnica na América Latina”, realizado em Bridgetown (Barbados), em janeiro de 1971; 2º Simpósio “Movimentos

de Liberação Indígena na América Latina”, realizado também em Barbados, em julho de 1977; e, 3º A “Reunión de Expertos sobre Etnodesarrollo y Etnocídio en América Latina”, realizada em São José da Costa Rica, em dezembro de 1981 (VERDUM, 2006). Tais eventos denunciaram o etnocídio dos povos indígenas que se alastrava pela América Latina e propuseram o conceito de etnodesenvolvimento como forma de reivindicar o direito desses povos.

Tal etnocídio se deu como consequência dos processos de desenvolvimento, neoliberal, que se difundia pelo mundo. Esses eventos ao propor a teoria do Etnodesenvolvimento no mundo buscavam a emancipação e empoderamento da capacidade social dos povos indígenas. Essas, por sua vez, deveriam ser construídas pelos próprios povos a partir de suas experiências históricas, assim como, seus recursos culturais, em consonância com seus projetos, valores e aspirações. Nesse sentido, o etnodesenvolvimento assumia (e ainda assume) a existência de “capacidade autônoma de uma sociedade culturalmente diferenciada possa se manifestar, definindo e guiando seu desenvolvimento” (VERDUM, 2006, p. 73)

O etnodesenvolvimento surgiu, desse modo, como uma forma de trazer o desenvolvimento sustentável, dentro de seu verdadeiro sentido às comunidades cuja cultura é marginalizada buscando recuperar identidades locais, principalmente, incluindo os povos e comunidades tradicionais como agentes globais e não marginalizando-os ou excluindo-os da história do desenvolvimento (BARRIOS; MENEZES, 2014). Para sua aplicação assume-se que as comunidades tenham a liberdade de eleger os quadros técnicos de profissionais que atuem no seu próprio desenvolvimento. Assim se tornam autônomas em gerir seus territórios ao acolher as opiniões e aspirações dos povos e comunidades tradicionais (BONFIL BATALLA, 1987; STAVENHAGEN, 1985; VERDUM, 2006).

No plano político o etnodesenvolvimento promove debates étnicos sobre a questão da autodeterminação dos povos e, no processo, indaga acerca das noções excludentes de soberania nacional. O etnodesenvolvimento prevê a liberdade de escolha da população local de querer ou não receber influências exteriores para o seu processo de desenvolvimento local (LITTLE, 2002). Assim, “todo projeto de etnodesenvolvimento pressupõe o controle dos recursos culturais e o fortalecimento da cultura autônoma, para o que é indispensável a restituição e a garantia dos territórios étnicos. Isso vai além da delimitação espacial.” (TÁRREGA; FRANCO, 2016, p. 248).

O etnodesenvolvimento, nesse sentido, opõe-se ao desenvolvimento hegemônico, que propõe políticas homogêneas entendendo o desenvolvimento dos povos e comunidades tradicionais como empecilho para seu progresso. É então, justamente o inverso da concepção de desenvolvimento hegemônico excludente,

preconizado pelo desenvolvimento sustentável travestido na ideologia do capitalismo tardio, que a teoria do etnodesenvolvimento se compromete a fazer.

Para a concretização do paradigma do etnodesenvolvimento é necessária a proteção ao patrimônio cultural como elemento essencial para autonomia de um povo, que, por sua vez, baseado em seus próprios valores, consegue autonomia para assumir seu futuro econômico e social, ainda que de forma complexa e contra majoritária, em razão, da sua experiência histórica e cultural (TÁRREGA; FRANCO, 2016).

Nesse sentido cada povo (e aqui expande-se a noção para a aplicação a todos Povos e Comunidades Tradicionais) deve desenvolver sua própria autonomia cultural. Essa deve ser entendida, e operacionalizada como o empoderamento do grupo para a tomada de decisões diretas sobre a destinação dos recursos naturais disponíveis em seu território, assim como exercer a capacidade de controle sobre seus recursos culturais (língua, arte, organização social, práticas tecnológicas, culto, etc). E ainda, reforça-se que tal autonomia deve ser exercida nas dimensões simbólica, econômica, e, política (LITTLE, 2002).

Essa perspectiva do etnodesenvolvimento apresenta uma proposta multicultural que intensifica a deliberação pública e a participação dos povos outrora marginalizados (no caso do Brasil, populações tradicionais, ribeirinhos, povos indígenas, quilombolas, ciganos, seringueiros, entre inúmeros outros¹). A substituição do modelo hegemônico de democracia liberal pela democracia participativa aprofunda os casos nos quais o sistema político abre mão de prerrogativas de decisão das majorias em favor de instâncias participativas que incluam as minorias.

4 | CONCLUSÕES

Com base no exposto, nota-se que a ideologia hegemônica, reproduzida pelos países de desenvolvimento tardio, como o caso brasileiro, tem suprimido a identidade dos povos e comunidades tradicionais, na medida em que não considera as suas individualidades e autonomia (social, política, econômica, e/ou, cultural). Além disso tal teoria inviabiliza os aspectos do desenvolvimento sociais e culturais de tais comunidades, impondo-as modos de vida eurocêntricos.

O etnodesenvolvimento, como mudança de paradigma, apresenta-se como um modo de pensar o desenvolvimento sustentável que busque valorizar e recuperar a heterogeneidade dos povos e comunidades tradicionais, assim como estabelecer barreiras para o desenvolvimento econômico frente à preservação diversidade cultural.

¹ Para acompanhar a descrição completa de todos os povos e comunidades tradicionais, catalogados no Brasil, consultar a obra "Povos livres, territórios em luta: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais" produzida pelo Conselho Nacional dos Direitos Humanos (2018).

REFERÊNCIAS

- AMORIM, L. P. **As comunidades quilombolas e o direito ao etnodesenvolvimento**: uma análise sobre a implementação do projeto baunilha do cerrado na comunidade Kalunga-GO. 2020. 152 f. Dissertação (Mestrado em Direito Agrário) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstream/tede/10509/5/Disserta%20a7%20a3o%20-%20Liliane%20Pereira%20de%20Amorim%20-%202020.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2020.
- ARRUDA, R. “Populações tradicionais” e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & Sociedade**, Ano 2, n. 5, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/n5/n5a07>. Acesso em: 25 set. 2015.
- BARRIOS, A. B.; MENEZES, C. P. Etnodesenvolvimento: desenvolvimento sustentável junto aos povos indígenas. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 19, n. 3962, mai. 2014. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/28176/o-etnodesenvolvimento-como-forma-de-insercao-do-desenvolvimento-sustentavel-junto-aos-povos-indigenas-brasileiros>. Acesso em: 30 mai. 2016.
- BONFIL BATALLA, G. “Los pueblos indios, sus culturas y las políticas culturales.” In: CANCLINI, N. G. (Ed.). **Políticas Culturales en América Latina**. México: Grijalbo, 1987. p. 89-125. Disponível em: <https://antroporecursos.files.wordpress.com/2009/03/garcia-canclini-n-bruner-j-j-y-otros-1987-politicas-culturales-en-america-latina.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- BRAGATO, F. F. Discursos desumanizantes e violação seletiva de direitos humanos sob a lógica da colonialidade. **Quaestio Iuris**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 4, p. 1806-1823, 2016. Disponível em: <https://emeron.tjro.jus.br/images/DHJUS/VAGUEZA-E-AMBIGUIDADE-NO-DISCURSO-DO-DIREITO.pdf>. Acesso em: 12 jun. 2016.
- BRUNDTLAND, G. H. **Nosso futuro comum**: comissão mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.
- CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS **Povos livres, territórios em luta**: relatório sobre os direitos dos povos e comunidades tradicionais. Brasília: Conselho Nacional dos Direitos Humanos; 2018. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2018/RELATRIOSOBREOSDIREITOSDOSPOVOSECOMUNIDADESTRADICIONAISv2.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2020.
- LITTLE, P. E. Etnodesenvolvimento local: autonomia cultural na era do neoliberalismo global. **Tellus**, Campo Grande (MS), ano 2, n. 3, p. 33-52, out. 2002. Disponível em: <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/23/32>. Acesso em: 25 set. 2015.
- MELO, M. P.; BURCKHART, T. R. Direitos de povos indígenas no Brasil: o “núcleo essencial de direitos” entre diversidade e integracionismo. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, Santa Maria – RS, v. 15, n. 2, p. 1-28, 2020. Disponível em: https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/viewFile/39249/pdf_1. Acesso em: 28 ago. 2020.
- OLIVEIRA, F. B. Quilombos brasileiros: resistência, repressão e consolidação. In: IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA: CULTURA, SOCIEDADE E PODER, 4., 2014, Jataí (GO). **Anais... Jataí (GO)**, 2014. Disponível em: [http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20\(286\).pdf](http://www.congressohistoriajatai.org/anais2014/Link%20(286).pdf). Acesso em: 30 jun. 2016.

RADOMSKY, G. F. W. Desenvolvimento, pós-estruturalismo e pós-desenvolvimento: a crítica da modernidade e a emergência de “modernidades” alternativas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 75, p. 149-162, fev. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 jun. 2016.

SILVA, M. B. O. **Direito ao desenvolvimento e à sustentabilidade ambiental: diálogos e conflitos no balizamento jurídico do desenvolvimento (sustentável)**. In: TYBUSCH, J. S.; ARAÚJO, L. E. B.; SILVA, R. L. (Orgs.). **Direitos Emergentes na Sociedade Global**: anuário do programa de pós-graduação em direito da UFSM. Ijuí (RS): Unijuí, 2013. p. 293-319.

SANTOS, R. C.; SILVA, R. P.; COELHO, P. P. V. Reflexões sobre o turismo como estratégia de desenvolvimento: a comunidade Mumbuca (TO) e a possibilidade do etnodesenvolvimento. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 12, n. 4, p. 353-374, ago./out. 2019. Disponível em: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/ecoturismo/article/view/6743>. Acesso em: 30 ago. 2020.

STAVENHAGEN, R. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. **Anuário antropológico**, v. 84, p. 11-44, 1985.

TÁRREGA, M. C. V. B.; FRANCO, R. D. A Odisseia Jurídica para a Proteção das Territorialidades: o Território Kalunga. In: WOLKMER, A. C.; SOUZA FILHO, C. F. M. S.; TÁRREGA, M. C. V. B. (Orgs.). **Os Direitos Territoriais Quilombolas Além do Marco Temporal**. Goiânia-GO: PUC GOIÁS, 2016. p. 125-147.

VERDUM, Ricardo. **Etnodesenvolvimento**: nova/velha utopia do indigenismo. 2006. 200 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais sobre as Américas) – Universidade de Brasília, Brasília (DF), 2006. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2154/1/2006_Ricardo%20Verdum.pdf. Acesso em: 03 ago. 2015.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. Eo. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cad. EBAPE.BR** [online], Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p.569-583, 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1679-39512012000300007>. Acesso em: 03 ago. 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

América latina 29, 31, 32, 34, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 90, 92, 104, 105

Arqueologia Etnográfica 57, 58

Audiovisual 79, 80, 82, 86, 87

Autonomia cultural 33, 34

B

Brinquedo de cura 1, 4, 5, 6, 7, 9, 13

C

Colonialismo 31

Comunidade 1, 4, 8, 9, 11, 12, 21, 25, 26, 34, 35, 53, 59, 60

Comunidades tradicionais 2, 14, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 66

Conflito 16, 20, 23, 24, 25, 26, 92

Consumo cultural 90

Cosmologia 55, 61

Cultura 2, 2, 3, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 32, 34, 36, 39, 40, 46, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 79, 80, 81, 82, 83, 86, 87, 88, 94, 102, 103, 104

Cultura material 62, 64, 65, 66, 67

Cultura midiática 79, 80, 81, 83

Cultura popular 3, 16, 20, 22, 23, 24

Culturas diferenciadas 30

D

Desenvolvimento local 32, 36, 37, 42, 44

Desenvolvimento sustentável 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35

Direito à diferença 29

Direitos humanos 33, 34, 45, 46, 47, 49, 51, 52, 53, 54, 105

Discurso universalista 30

E

Ecosistemas 2, 3, 15

Educação 12, 14, 15, 20, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 78, 105

Estados multiculturais 29

Etnodesenvolvimento 28, 30, 31, 32, 33, 34, 35

F

Feira agroecológica 36, 37, 43

Fronteiras 44, 79, 80

H

Hibridização 16, 24

I

Identidade nacional 22, 89, 94, 98, 102

Identidades culturais 21, 89, 90

Imaginário 3, 8, 21, 60, 62, 63, 82, 89, 94, 100

Interculturalidade 49, 54

M

Manguezais 1, 2, 3, 5, 6, 9, 10, 14, 15

Memória 13, 20, 22, 23, 58, 60, 62, 66, 67, 68, 69, 71, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 91, 95, 98

Mercados alternativos 38

Mídia 22, 25, 79, 80, 81, 86, 87, 88, 91, 98, 99, 100, 103, 105

Migração 43, 52, 54

Morte 51, 68, 69, 70, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 84, 91, 92

Multiculturalismo 20, 46, 47, 49, 50

N

Nações indígenas 56, 66

Narrativas 3, 55, 58, 59, 62, 66, 79, 80, 81, 83, 88, 89, 90, 91, 94, 95, 96, 97, 102

Narrativas orais 55, 58, 59

Neocolonialismo na educação 49

P

Paradigma da complexidade 47

Paulo Freire 49

Periferia 16, 23, 25, 26, 105

Práticas materiais e simbólicas 55

Processo de produção 25, 42, 43

R

Relações de produção 41

Relações interétnicas 65

Relações sociais 19, 36, 37, 41, 42, 50

Religião afro-brasileira 2, 11, 13

Representações sociais 2, 1, 3, 8, 12, 14, 15, 89, 90

Ribeirinhos 33, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 64, 65





T

Tambor de mina 1, 2, 3, 4, 6, 9, 11, 13





Televisão brasileira 89, 90, 91, 94, 95, 97, 98, 100, 103

Tempo 8, 10, 21, 22, 26, 40, 52, 53, 58, 61, 64, 69, 71, 76, 78, 80, 82, 83, 84, 85, 88, 94, 97, 99, 102

Territórios sagrados 62, 64

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
@atenaeditora 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 2

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

FENOMENOLOGIA E CULTURA: IDENTIDADES E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS 2